Art. 20. — Caberá à Mesa Diretora do Congresso estabelecer o programa das diversas sessões plenárias, interessando-se junto às comissões no sentido de que declarem, no menor prazo possível, quais as teses que merecerão destaque, na forma do artigo 11.

Art. 21. — Na sessão de encerramento, o Presidente designará os membros da comissão encarregada de coligir e organizar os trabalhos do Congresso, confiando-os depois à Faculdade de Direito de Porto Alegre, que se incumbirá da sua publicação.

Art. 22. — Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Mesa Diretora.

Porto Alegre, 11 de agosto de 1950.

SESSÃO SOLENE INAUGURAL de 11 de agosto de 1950

O SR. PRESIDENTE, José Salgado Martins — Representando a Comissão Organizadora do Congresso Jurídico, comemorativo do cinquentenário da Faculdade de Direito, tenho a honra de proclamar eleito Presidente do Congresso o eminente professor Waldemar Martins Ferreira. — (Palmas).

A decisão do Congresso Jurídico, comemorativo do cinquentenário desta escola, constitui um tributo de admiração ao insigne mestre, que completa, neste ano, o seu jubileu de magistério, e, ao mesmo tempo, uma homenagem à nobre Faculdade de Direito de São Paulo, glorioso berço da consciência jurídica do Brasil.

Transmito, assim, a S. Excia., a direção dos trabalhos deste Congresso. (Palmas prolongadas).

O SR. WALDEMAR FERREIRA — Estando na ante-sala, S. Excia. o sr. Walter Jobim, Governador do Estado, e Presidente de Honra deste Congresso, eu solicito aos prezados professores e meus diletos amigos, dr. Ernani Estrêla, dr. Edgard Luiz Schneider, dr. Poty Medeiros, dr. Darcy Azambuja, se dignem introduzi-lo no recinto.

(O sr. Governador do Estado é introduzido no plenário e aplaudido pelos presentes).

Exmo. Sr. Governador do Estado, exmo. sr. Arcebispo Metropolitano, exmo. sr. Reitor desta Faculdade de Direito, exmo. sr. Presidente do Tribunal de Justiça, prezados colegas, minhas senhoras e meus senhores.

Seria, para mim, verdadeiramente difícil se quisesse dissimular o agrado e a emoção de que me vejo revestido, no momento em que recebo, deste Congresso, uma honra que nunca esteve no cálculo de minhas probabilidades.

E' sempre comum, nos homens, errarem nesse cálculo. Eu não cheguei sequer a fazê-lo. Tive, entretanto, a fortuna de obter esta homenagem, que eu recebo com emoção, não somente pelo que me toca, na minha qualidade de professor, senão, e principalmente, pela homenagem que ela endereça à velha e gloriosa Faculdade de Direito de São Paulo. (Palmas.)

Eu confesso, meus senhores e exmas. senhoras, que muitas vezes tenho lamentado que não existissem mais que duas Faculdades de Direito, no Brasil, a de São Paulo e a de Recife.

Exerceram elas a sua grande missão histórica no Brasil. A de Recife, foi a grande escola dos filósofos. A de São Paulo foi a grande escola dos políticos.

E quis o destino que os grandes homens que governaram o Brasil, no segundo império e na República, saíssem, na sua maioria, de uma ou de outra dessas duas escolas. Os que dali saíram, continuaram a conservar, nos seus respectivos Estados, aquêle mesmo e grandioso espírito em que fundiam, sobretudo, o espírito do Brasil.

Este sentimento de unidade, este grande sentimento de nacionalidade, foi aquêle que se aprendeu nas duas escolas. De modo que eu receava, muitas vezes, que em se multiplicando as escolas, aquêle espírito se desvanecesse.

Quis o destino, entretanto, que não fôsse assim, e hoje, ainda agora, aqui nesta Casa, eu sinto que é aquêle mesmo espírito que é festejado, e que é acolhido, e que é mercê dêle que vós me concedeis, meus prezados senhores, a honra insigne de presidir esta Assembléia.

Tem ela tríplice significado: se de um lado se comemora o centenário do Código Comercial do Brasil, de outro se comemora o cinquentenário desta Faculdade e também a data gloriosa da fundação dos Cursos Jurídicos do Brasil. E, ainda nesta assentada, temos nós, paulistas e rio-grandenses, a fortuna de ver que naquele movimento, de que resultou a fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, fundira-se, ainda uma vez, o espírito de São Paulo e o espírito do Rio Grande do Sul, na figura iluminada do Visconde de São Leopoldo. (Palmas.) Esta é uma grande, extraordinária figura. Vós, meus prezados amigos do Rio Grande do Sul, podereis dizer que é um grande gaúcho, mas eu, por outro lado, digo também, é um grande paulista e todos nós poderemos dizer que êle foi, sobretudo, um grande brasileiro, cujo nome deve continuar, cuja memória deve ser festejada por todos nós que vivemos cultuando o Direito no Brasil.

Eu declaro instalado este Congresso e peço a S. Excia. o sr. dr. Walter Jobim, Governador do Estado, que é o Presidente de Honra desta Assembléia, que nos conceda a honra de presidi-la de fato. (Palmas.)

O SR. WALTER JOBIM — Concedo a palavra ao sr. Salgado Martins.

O SR. SALGADO MARTINS — Exmo. Sr. Governador do Estado, Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Exmo. Sr. Arcebispo

Metropolitano, Sr. Professor Waldemar Ferreira, senhores professores, minhas senhoras, meus senhores.

Instala-se, nesta noite, o Congresso Jurídico comemorativo do cinquentenário da Faculdade de Direito de Pôrto Alegre.

A passagem de acontecimento tão significativo justifica por si mesma a realização deste Congresso, em que se reúnem juristas dos diversos Estados da federação brasileira em fraternal convívio com eminentes juristas e laureados professores de nações do continente americano.

O gesto que simbolizamos, com a presença a este Congresso, para versar e discutir problemas de direito no cinquentenário de uma Escola, é de uma riqueza de conteúdo espiritual, em que se purificam e se aprimoram os mais altos sentimentos do coração e os mais nobres pendores do espírito humano.

Realizamos um gesto de reverência e de gratidão aos fundadores desta Escola, àquele grupo de magníficos lidadores do direito que lançou as bases do ensino jurídico no Rio Grande do Sul, desprendido de qualquer recompensa material, empolgado tão-somente pelo generoso idealismo da sagrada causa.

Voltando-nos para o passado que agora celebramos, em três vultos do nosso patriciado mental e moral podemos resumir a idéia e a ação de que se animou e se constituiu a então Faculdade Livre de Direito: em Júlio Prates de Castilhos, em Carlos Thompson Flores e em Manoel André da Rocha.

Na idéia inspiradora da fundação desta Faculdade, Castilhos revelou a sua intuição de homem de Estado. Na corporificação da idéia, Thompson Flores e André da Rocha plasmaram o mais belo monumento da cultura jurídica rio-grandense, porque nêle se constituiria a matriz intelectual de várias gerações de advogados, de professores, de parlamentares, de políticos, de administradores e de homens operosos e cultos que, nos diversos setores da atividade humana, revelaram a nobre origem da sua formação mental, ao influxo de mestres que jamais postergaram a missão sagrada de que estavam investidos para o ensino da mocidade.

Volvido meio-século, somos agora os depositários de uma tradição que porfiamos em não deslustrar e que é a força inspiradora, o núcleo de irradiação espiritual que nos reúne neste Congresso, criando o clima de profunda simpatia humana que a professores e alunos congraça no mesmo impulso generoso de respeito, de afeto e de lealdade ao patrimônio de idéias e de sentimentos que legaram os fundadores desta Casa.

Duas datas históricas profundamente gratas à cultura brasileira ainda realçam a significação deste Congresso: o 123.º aniversário

sário da fundação dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda e o centenário do Código Comercial brasileiro.

Que extraordinárias sugestões se contêm nos dois acontecimentos, através dos quais seria possível medir a tensão mental das gerações brasileiras nos primeiros anos subseqüentes à fundação da nacionalidade!

Para acentuar ainda o colorido da nossa emoção a insigne Faculdade de Direito de São Paulo se faz representar no Congresso pelo eminente e ilustre professor Waldemar Ferreira, cuja brilhante contribuição, na cátedra e no livro, a todos os setores do direito mercantil merece ser exaltada no centenário do Código e no seu jubileu de magistério.

Ele nos conduz, pela continuidade de uma tradição que se não quebrou, aos gloriosos tempos da Academia de São Paulo, quando uma geração privilegiada pelo talento e marcada pela predestinação histórica se preparava para desempenhar no país a força intelectual e ordenadora da ação social e política do abolicionismo e da república.

Na rememoração dêsse passado e na homenagem que nos cumpre prestar aos patriarcas da nossa família espiritual, que tanto enalteceram a nobre linhagem, aos varões insignes em cuja vida se reflete a peregrina beleza de uma vocação em plenitude realizadora, encontra-se o fundamento afetivo do nosso gesto. Mas o gesto se amplia além dos impulsos do coração tangido pela poesia do passado, para se definir nas linhas de um movimento da consciência jurídica do Rio Grande do Sul que, após a experiência de largo ciclo cultural, deseja meditar sobre a evolução do pensamento jurídico e as posições que êle assumiu no curso do tempo e em função dos diversos momentos histórico-sociais em que a sua trajetória se efetuou.

A realização dêste Congresso não obedece assim ao impulso exclusivo de rememorar o passado. Certo que êsse passado, a realização da obra que representa a fundação da Faculdade, exige o nosso exame e a nossa meditação.

Esta oportunidade nos propicia a reflexão serena sobre as concepções e os princípios diretores da conduta da instituição no passado e sobre as idéias que no presente dominam o seu espírito consagrado ao magistério jurídico, de modo a se prever a evolução dêsses princípios e dessas idéias sob as diretrizes fundamentais que os inspiram.

A significação cultural de um Congresso não se mede pelo brilho dos debates, pelas exposições eruditas ou pela originalidade de construções teóricas e abstratas. O primeiro passo para o êxito do empreendimento que êle representa e concretiza, consiste na interpre-

tação do sistema de idéias que pretende remover, modificar ou confirmar, através das novas aquisições da experiência filosófica e científica e pela própria visão do espírito humano, sutilmente aguçada pela análise e pela crítica.

Em se tratando de um congresso jurídico, comemorativo do cinquentenário de uma Escola, pode ser considerado um marco entre duas épocas que coincidem ou divergem no aspecto ideológico, que se ajustam ou se retificam nos princípios que informam os respectivos climas espirituais em que se definem os dois momentos históricos.

Uma Faculdade de Direito está, pelo ensino que ministra, intimamente vinculada às correntes do pensamento filosófico que dominam o seu tempo e o seu meio.

Só se pode, assim, compreender o clima intelectual que predominou nesta Casa, no momento da fundação, se fixadas as diretrizes filosófico-jurídicas, no período de 1850 a 1900, para referir o meio-século que a antecedeu.

Três correntes são de logo assinaláveis: o ecletismo espiritualista de Cousin e Jouffroy, o positivismo de Comte e o evolucionismo spenceriano. O positivismo e o evolucionismo seduziram fortemente a inteligência das elites da época, fornecendo-lhes, como observa Miguel Reale, concepções cerradas do universo e da vida, onde tudo parecia adquirir proporção e sentido exatos, deixando nos espíritos, ao par de uma segurança baseada em conhecimento pretensamente "científicos e positivos", um sentimento de plenitude e de satisfação, pela correspondência que parecia evidente entre as conclusões das pesquisas físico-matemáticas e os conceitos filosóficos ordenados em sistema.

Instituindo o relativismo na filosofia e combatendo, como fantasia do espírito, a investigação de tôdas as realidades transcendentes à experiência sensorial, êsses sistemas geraram o empirismo jurídico, base da escola da exegese que tanto se insinuou e prevaleceu mesmo no ensino do direito.

O direito se resumia na lei. Bugnet podia dizer: "Eu não conheço o Direito Civil. Eu não ensino senão o Código de Napoleão." E o docente Aubry, no seu discurso de ingresso na Faculdade de Direito de Strasbourg, em 1857, proclamava, como divisa do professor, a servidão ao texto da lei, contra qualquer tentativa inovadora que pretendesse frustrar a vontade do legislador.

Essas posições intelectuais filiavam-se à escola da exegese, fruto do empirismo e do relativismo jurídicos, tarefa infecunda e esterilizadora, proscrevendo a investigação filosófica e crítica e esquecendo que a lei, por mais singela e concisa na sua prescrição, encerra um universo de concepções e idéias que devem ser clarificadas e defini-

das de modo a se obter a plenitude do seu sentido e a realidade da sua função social.

Ao lado do positivismo e do evolucionismo, refletiu-se ainda, na cultura jurídica das gerações do fim do século passado, a filosofia criticista de Kant que representou, sem dúvida, um progresso em relação às posições anteriores, e, por isso mesmo, mais perturbadora sobre os espíritos, porque lhes deu a aparência de segurança e de conquista definitiva da verdade. Miguel Reale, professor de filosofia do direito da histórica Faculdade de São Paulo, escreveu, no bem elaborado ensaio sobre "A doutrina de Kant no Brasil":

"Nenhuma doutrina, em verdade, correspondia mais do que a de Kant às aspirações do liberalismo burguês, aos imperativos do individualismo econômico que iam processando o abrandamento do radicalismo rousseauniano nos quadros do "Estado de Direito" segundo os moldes da "liberal-democracia".

"Não será exagêro dizer-se que a mentalidade de nossos políticos e juristas de então, profundamente liberal e individualista, era em grande parte kantiana e rousseauniana, mesmo sem terem plena e direta consciência das raízes filosóficas de suas posições doutrinárias. A idéia de liberdade como um "direito inato"; o entendimento da convivência social como uma limitação recíproca de liberdades; o respeito à pessoa humana como base da justiça e fim da ordem social; o Direito como condicionalidade dos arbítrios, suscetível de legitimar o emprêgo da coação material, eis aí os quatro pontos cardiais da filosofia jurídica de Kant, que possibilitaram aos liberais da época ascensional dos valores burgueses uma orientação segura nos domínios das ciências humanas."

Tanto o empirismo positivista ou evolucionista como o apriorismo formal da doutrina kantiana haveria de conduzir igualmente à negação do direito natural e dos princípios eternos e invariáveis do Bem, da Caridade e da Justiça que frutificam em tôdas as aplicações particulares em que se desdobra a regulação jurídica.

A Escola de Recife, o centro mais ativo de elaboração do pensamento jurídico brasileiro no século 19, espelha essas idéias e a orientação empirista e positiva no estudo do direito. No espírito inquieto e iconoclasta de Tobias Barreto pulsou com intensidade a posição filosófica em que se situou a escola de Recife.

O mundo jurídico, desviado da lição perene do evangelho, peregrinou pelas regiões estereis do materialismo, pretendendo criar um direito sem Deus. Dando ao Estado os atributos de fonte criadora do direito, confundiu o lícito e o ilícito, o bem e o mal, o justo e o injusto, postergando os princípios da eterna justiça revelados por Deus através da consciência moral do homem.

Sorokin, o grande intérprete da crise do nosso tempo, percutiu sutilmente a causa e soube fixar o quadro com segurança: "Surgindo no cenário histórico em substituição à ética e ao direito cristãos, o moderno sistema de ética e de direito sensitivos em seu desenvolvimento imanente lançou as sementes da degradação do homem, bem como as da degradação dos próprios valores morais. Declarando os valores morais como simples convenções, êle relegou-os ao nível dos planos utilitaristas e hedonistas inteiramente relativos no tempo e no espaço. Se êles constituíssem proveito para um determinado homem ou grupo, poderiam ser aceitos; se constituíssem embaraço, poderiam ser rejeitados. Introduziu-se, dêste modo, um relativismo ilimitado no mundo dos valores morais, cuja arbitrariedade engendrou conflitos e lutas. Isto, por seu turno, produziu o ódio, e o ódio levou à força bruta e à efusão de sangue. No caos das normas em conflito, os valores morais têm sido cada vez mais desprezados; êles perderam progressivamente seu poder obrigatório e deram lugar à coerção arbitrariamente brutal. O sentimento do amor cristão tendeu a ser suplantado pelo ódio — o ódio do homem pelo homem, da classe pela classe, da nação pela nação, do Estado pelo Estado, da raça pela raça".

"O êrro do mundo moderno — eis o diagnóstico exato de Maritain — tem sido o de colocar o reino da razão sobre a natureza ao invés do reino da sobrenaturalidade sobre o da razão".

"À supremacia da matéria é necessário opor não só os direitos da inteligência e da razão, mas também a supremacia da Divina Graça, o primado do espiritual. E' necessário, se não quisermos perecer, que a razão se submeta a Deus que é Espírito e a tôda Ordem espiritual instituída por Êle".

Os sinais da reação retificadora já se afirmam promissoramente também no campo do direito.

O pensamento jurídico, impaciente e insatisfeito nas malhas que o constringiam, recordou, com Tomás de Aquino, que o direito é a realização do justo. A justiça é uma das manifestações do Absoluto divino na ordem social, visando o equilíbrio das relações inter-humanas e realizando a ordem postulada pela natureza racional e moral do homem. "A justiça é indefinível fora de uma concepção geral do mundo e do homem e aquêles que querem defini-la sem se apoiar sobre uma metafísica, dela fornecem apenas uma definição inconsistente".

O direito não é, pois, um sistema fechado cujas razões e fundamentos se exaurem dentro do próprio sistema.

O jurista não pode esquecer — é o depoimento de Ripert — que o direito se deve aplicar a uma sociedade humana fundada sobre a moral cristã.

No mundo convulsionado em que vivemos, os princípios são mais necessários do que as armas. Uma concepção exata do mundo que estruture um sistema jurídico capaz de garantir a plena realização da pessoa, é mais útil do que um exército. O exército e as armas, sem a disciplina de um sistema de idéias que subordine os instintos e a inteligência aos grandes princípios morais, são apenas fatores de destruição e de morte, pois tôdas as cousas só assumem valor ou não-valor na medida em que servem ao destino da criatura humana feita à imagem e semelhança de Deus.

Não é a bomba atômica que devemos temer, contra cujo emprego os fementidos pregoeiros da paz aliciam a ingenuidade crédula do povo, mas — sim — o punho vermelho da ideologia marxista que será o primeiro a empregá-la, desde que a sua utilização seja necessária aos interesses da expansão soviética.

A raiz da crise contemporânea não está na forma ou nos métodos do governo, no modo de organização política, social ou econômica, no capitalismo, no socialismo ou no comunismo. Essas expressões tangíveis da angústia nos tempos modernos remontam a raízes profundas de natureza espiritual, são índices ou sintomas de uma doença moral de que a humanidade só se redimirá quando ordenar tôdas as esferas da vida pela lei de Deus e infundir em tôdas as relações humanas o fermento transfigurador do evangelho.

A caridade de Cristo, animando a lei jurídica, desdobrar-se-á em novos direitos e deveres, substituindo o elemento coercitivo da lei pela persuasão da piedade e do amor.

Valha este Congresso como oportunidade feliz para se definirem princípios que, na base de uma concepção cristã do mundo, possam frutificar nas leis e nos códigos, como aplicações da perenidade da Justiça. (Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao professor Darcy Azambuja.

O Sr. DARCY AZAMBUJA — Exmo. Sr. Governador do Estado, Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Presidente deste Congresso, Senhores Congressistas, meus senhores, minhas senhoras.

Quero começar a desincumbir-me da nobre tarefa que me conferiram os organizadores deste Congresso apresentando em nome de to-

dos nós as mais cordiais e efusivas saudações aos juristas, estrangeiros e brasileiros, que nos honram com sua presença e nos enviaram colaboração. Esse concurso é para nós profundamente significativo: é um estímulo, e a melhor recompensa pelo esforço dispendido.

E é também uma nobre lição de amor ao Direito.

Para atender o nosso convite, tirastes do tempo destinado ao trabalho profissional ou ao repouso, honras preciosas; abandonastes afazeres e as comodidades do lar para vir até aqui.

A esse sacrifício não vos moveram nem recompensas materiais nem ambição de maior prestígio intelectual. Acorrestes desinteressadamente a uma cidade onde se comemoram cinquenta anos de ensino do Direito, e permitistes, com o prestígio da vossa presença, que pudéssemos dar maior relêvo ao ato que é, antes de tudo, um preito de saudade e gratidão aos fundadores desta Faculdade.

Senhores. Talvez não seja lidamente protocolar, em solenidade como esta, recordar episódios e cenas da vida acadêmica. Mas, afinal, é por veneração a essas relíquias espirituais que realizamos este Congresso. Sem a força moral da tradição de cultura e bondade que elas criaram, não haveria em nós estímulo para estas comemorações.

Deixando de lado os primeiros tempos da modesta Faculdade, vêm-la neste edifício, já lá vão trinta anos, que era um soberbo palácio para abrigar o sonho realizado por alguns homens de inteligência e coração.

Como símbolo de tôdas essas figuras amáveis e severas, das quais a graça divina nos permite contemplar ainda hoje algumas, evoco o decano André da Rocha. Vejo-o entrando pelo portão do jardim, tôdas as tardes, envergando sobrecasaca preta e no antebraço a bengala de castão de ouro. Ao pôr o pé no primeiro degrau do saguão, descobria-se, tirando a cartola-côco, começando já ali a ensinar civilidade, que professores e alunos devem manter no templo onde officiam.

Suas aulas eram um modelo de cultura organizada, de precisão didática e de vernáculo.

Sereno, metódico, infatigável, dirigiu a Faculdade durante trinta e cinco anos, pai reto e bom de inúmeras gerações, velhinho venerando, mestre excelso, amigo certo, mão benigna que levou a dezenas de moços pobres a possibilidade do estudo e da graduação superior.

Nessa figura querida e inesquecível homenageamos todos os seus companheiros, irmanados na dedicação ao ensino, na cultura, na probidade, no carinho com que construíram esta casa, que hoje é nossa, do Rio Grande e do Brasil.

Dêles haurimos, os professores de hoje, o conhecimento da ciência jurídica, e praza a Deus lhes tenhamos também aprendido o

exemplo do estudo diuturno, do desinterêsse material e do amor ao Direito.

Essa, a intenção primacial da comemoração que agora iniciamos e que coincide com o centenário do nosso vetusto Código Comercial.

Há quem não tenha muita convicção sobre a utilidade dos congressos jurídicos e faça bastantes reservas à eficiência de seus resultados.

Certo nenhum congresso teve o dom de instantaneamente transformar para o bem a sociedade civil e política. Mas o colóquio desinteressado de homens de mentalidade jurídica e o comércio cordial de suas idéias há de estar entre os fatores que um dia poderão trazer à humanidade o império da justiça.

Sem dúvida, os dias em que estamos vivendo não são muito encorajadores para os que aspiram a paz social, que é a suprema finalidade da lei.

Em curtos intervalos vimos o mundo banhar-se nas orgias do despotismo e depois num oceano de sangue.

E ainda não refeito da última provação, já se enxergam claramente ameaças de uma comoção talvez mais assombrosa.

Qual a razão profunda de tantas e tão freqüentes catástrofes que nossa civilização atravessa?

Se através da lenda, que é a filosofia primeira dos povos, se quisesse exprimir o sinal dos tempos atuais, a causa de sua angústia e os motivos de seus desvarios, seria com a que Plutarco recolheu sobre a morte de Pan, o deus mitológico da natureza e da energia que anima os entes e as coisas.

No reinado de Tibério, navegando ao largo das costas helênicas, um marinheiro grego, de nome Tamas, ouviu dentro de sua galera, em plena noite, uma voz prodigiosa que saía da negra água e do negro céu, e lhe mandava anunciar ao mundo que Pan, o grande deus, morreria.

Entre o pavor e a dúvida, o marinheiro, na manhã seguinte, ao aproximar-se da costa, subiu à proa da galera e bradou: "O grande Pan morreu".

Então, das praias azuis do Mediterrâneo, dos bosques, das montanhas, das fontes, dos vales e dos rios um imenso clamor de pranto se derramou por toda a terra.

Essa lenda, derradeira flor do gênio grego, simboliza a morte da antigüidade clássica. Era em vão que o Partenon alvejava ainda do cimo da Acrópole; debalde o Capitólio lembrava o poderio da cidade dos cézares, porque o espírito que criara os impérios, as instituições e as academias da Grécia e Roma tinha desaparecido. O mundo antigo morreria e nascia um mundo novo.

Vivemos hoje em uma era, semelhante àquela. Antes dos filósofos e dos sociólogos, já os poetas, áugures sensíveis às transformações

dos tempos, compreenderam que o mundo ia morrer outra vez. "O grande Pan morreu de novo! O ideal é morto!" disse O. Bilac.

Nem tudo, porém, há de estar perdido. Não pode ter sido vã a marcha realizada. Em vez de morrer, pode reconstruir-se uma civilização herdeira de tantas outras. E cabe aos homens de boa vontade encontrar os valores morais e materiais que poderão conjurar a tragédia.

A função de pensar está ligada intimamente à necessidade de prever as circunstâncias favoráveis ou nocivas, as virtualidades que a vida oferece ao homem, umas decorrentes de suas próprias ações, decorrentes outras do meio físico e do meio social. A antevisão integral da realidade futura é dom dos profetas, mas inferir da realidade presente o futuro provável, deduzir das nossas possibilidades e aspirações o que convém fazer para atingir o bem que desejamos, é função normal dos seres racionais. E é dever para os que, como nós, estudamos e ensinamos, alunos e mestres, discípulos todos da razão e da experiência.

Habituaados a observar diretamente a vida através da ciência e a observar indiretamente a humanidade através da história, não se nos fatigam os olhos da alma de se alongarem para a frente, tentando surpreender, entre as brumas do tempo, os novos sonhos dos homens e as novas formas da sociedade.

Por mais que nos absorva e tire a luta de cada dia, o espírito reteima na indagação do porvir; entre as terríveis certezas de hoje, assaltam-nos as incertezas de amanhã; aos já tão grandes infortúnios de agora a imaginação acresce o antecipado temor dos que poderão acontecer. E assim, carregado de dor e de pressentimentos, o homem moderno sofre duas vezes a miséria da sua condição e paga tributo pelo dom do raciocínio.

Entre os que contemplam o futuro, há os adeptos da revolução e os filhos da tradição. Aquêles querem o progresso pela destruição do passado, a abolição das antigas crenças, antigos valores, antigas verdades, nas quais vêem apenas superstições e preconceitos que entravam a prosperidade e a cultura sociais. Para eles não há evolução, e sim revolução; entendem que as transformações materiais e espirituais de que o mundo carece terão de fazer-se como os primeiros geólogos supunham que se houvessem processado todas as grandes alterações da crosta terrestre: por meio de cataclismos. Odeiam o que é estável, permanente, uniforme; amam acima de tudo a novidade, o imprevisto, o surpreendente. Não cuidam de conservar o que é bom, mas de atirar fora o que é antigo. São uma força fecunda e necessária para todas renovações, mas perigosa quando entregue a si mesma e não orientada pelo bom-senso e pela experiência. Dêles saem os grandes reformadores, nas leis, nos costumes, na ciência e nas

religiões, quando possuem uma inteligência equilibrada, o sentido do tempo e das proporções. Dêles surgem os átilas da desordem, os taumaturgos das improvisações desastrosas, capazes de destruir em alguns dias a obra de vários séculos.

Para os que consideram novidade como sinônimo de perfeição e recente como o de melhor, a civilização futura há-de ser antítese da civilização de hoje, pela derrogação dos costumes, instituições e valores atuais.

Os filhos da tradição, os espíritos rotineiros, consideram todo progresso um perigo e toda inovação uma perda. Pássaros que voam para trás, julgam que o único meio de possuir o que é bom está em conservar tudo o que é antigo. Se velhos, choram a mocidade; moços, têm saudade da juventude; são introvertidos no tempo e só suportam o presente na medida em que repete o passado. Em cada renovação que assistem, fecham os olhos ao que nasce e soluçam pelo que morreu. Somente julgam verdadeiras e justas as idéias e as instituições de outrora.

Para êsses, o mundo de amanhã, se fôr bom, terá de ser igual ao de ontem.

E' bem de ver que se enganam por igual os fanáticos da revolução e os filhos da rotina. Nem a história é repetição e uniformidade, nem o progresso se faz pela subversão. O tempo não seleciona valores, flui indiferente ao bem e ao mal, à verdade e ao erro. Vida e morte acontecem dentro dêle segundo leis que êle não cria, nem sanciona, nem conhece. Ao lado de sublimes princípios morais, abusos e ignomínias vencem milênios; idéias e teorias generosas e fecundas, que consolam e salvam, são abandonadas e esquecidas, enquanto sentimentos e preconceitos engendrados pelo ódio, que se vinga, pela intolerância, que persegue, pelo orgulho, que humilha, perduram na consciência humana, "imóveis e imortais como pedras geladas", no dizer do poeta. O budismo, a religião sem deus, o cristianismo, a religião divina, suportaram por séculos e séculos a companhia infamante da escravidão. As estátuas e os templos gregos, símbolos perfeitos da graça e da beleza, duram menos que os horrendos ídolos africanos; muitas catedrais hão de esboroar-se antes que a razão e a fraternidade consigam fundir os canhões para fazer instrumentos de trabalho e de paz.

Nem tudo é bom por ter durado muito, nem toda a inovação é progresso. A vida é movimento, tentativas, vitórias e derrotas, mas a sua ascensão é indefinida.

Jamais voltará a ser o que foi, pois é continuamente criação. Mas, criando, não destrói, renova. Nos seus melhores frutos, há seiva dos troncos antigos e o perfume das flores que caíram. Ao longo do tempo, as raças e as civilizações desaparecidas entretecem o caráter e o destino das raças e civilizações que surgem.

Os valores, os costumes e as instituições que correspondem às condições de uma sociedade, transformam-se quando essas condições se modificam. Os fatores morais, intelectuais e econômicos que desde meados do século findo vêm trabalhando a sociedade moderna, criaram uma descontinuidade e um desequilíbrio inegáveis entre o passado e o futuro, porque o presente, tumultuário e angustioso, se rebela contra os pecados e males antigos, sem ter ainda os bens e as virtudes que aspira. Essa crise parece ter agora atingido o clímax.

Necessário é, portanto, nesta encruzilhada do tempo, pedir à razão e à experiência nos indiquem os bens e os valores que devem ser conservados e os que devem ser preteridos.

Salvo os que têm atrofiadas pelo desuso as funções superiores do espírito, e os que as prostituíram na servidão da violência, do egoísmo e da anarquia, todos os homens aspiram a uma era de prosperidade com justiça e de paz com liberdade.

Pode variar o nome e a conceituação teórica, porém não a realidade essencial das condições necessárias ao advento de um período melhor da vida humana, curada dos longos vícios que a foram degradando, corrigida e reeducada no sentido de trabalho mais inteligente e destinos mais nobres.

Há uma diferença tão grande entre os bens que o homem possuía nas idades bárbaras e os que agora desfruta, que o mais azêdo pessimismo não poderia negá-la.

O homem multiplicou a sua força e os meios de dominar a natureza. Os instrumentos de trabalho, os transportes, as habitações, os hospitais, as escolas, o comércio, a indústria, criaram uma soma tão grande de bem-estar material e de cultura intelectual, que a mais poderosa imaginação, há dois mil anos, não seria capaz de vislumbrar.

De agora em diante, não nos seria mais possível aceitar a vida sem o livro, o trem, o vapor, a eletricidade, o aeroplano, o rádio, a indústria, as escolas, os hospitais, os laboratórios, os museus.

Tudo isso é obra da ciência. A ciência é, pois, fator e base essencial da civilização futura. Não podemos prescindir dos seus benefícios e das suas verdades, mal conseguiríamos viver sem a ciência que saneia e cura, que mede as sensações e pesa os planêtas, que multiplica a visão para atingir o infinitamente distante e descobrir o infinitamente pequeno, que produz energias iguais à do raio e luz semelhante à do sol; a ciência que começou encurtando a distância com o aeroplano e afinal a suprimiu com o rádio e a televisão; a ciência que remove montanhas, represa rios, desenterra civilizações, dignifica, aproxima e irmana os homens. O desaparecimento das suas realizações e das suas leis marcaria um retrocesso inimaginavelmente brutal, seria uma queda da altura de seis mil anos no abismo da mais negra barbaria.

Essa ciência não pode e não deve desaparecer. O que pode, e deverá desaparecer, são as aplicações espúrias da ciência para matar, para envenenar, para corromper, para produzir o luxo desvairado e as portentosas ninharias com que se imbeciliza a vaidade de alguns sardanápalos e se avilta o trabalho de milhões de criaturas; o que deverá desaparecer, em um mundo governado pela razão, é a ciência má, que fabrica canhões, enquanto a boa ciência fabrica telescópios. A verdadeira ciência inventou os aeroplanos, a falsa inventou as bombas; a ciência do bem descobriu os remédios, a ciência do mal descobriu os gases tóxicos; a ciência fútil extrai perfumes que valem milhões, a ciência útil descobriu a vacina que salva milhões de vidas; a ciência da vaidade lapida diamantes, a ciência da verdade extrai o rádio.

A falsa ciência, a do mal e da vaidade, desaparecerá, mas a verdadeira ciência permanecerá, vencendo o espaço, as trevas e as enfermidades, e quem sabe se um dia vencerá a própria morte.

Mas, de bem pouco valeria a ciência, com suas prodigiosas conquistas, de escasso mérito seria a prosperidade material, que ela assegura, se no mundo de amanhã o homem fôsse escravo do homem. Que irrisão, que doloroso escárnio, se depois de dominar a terra, a água, o ar e todas as forças ainda ignotas da natureza, o homem continuasse a ser dominado pela tirania em qualquer de suas formas, a tirania das seitas, a tirania dos partidos, a tirania das idéias, a tirania de um só ou a tirania das maiorias. Se os paranóicos e os astutos, se a progênie maligna e adulterina de César e Napoleão, de Hitler e Mussolini, continuasse a afrontar os céus com a desvairada insensatez e o inominável despudor dos seus governos de ódio e hipocrisia, a terra, com todas as maravilhas da ciência, nada mais seria do que uma pocilga suntuosa, atulhada de semi-homens engordando para a morte.

A história das tiranias é a crônica da ambição de alguns e a prova da ignorância de quase todos. O bom-senso mais trivial, como a mais arrojada metafísica, não justificam a mania de que enfermam os déspotas. Para aliciar o consentimento das massas, para justificar previamente os crimes, que vão cometer, eles se dizem iluminados por intuições sobrenaturais, enviados pela providência divina para salvar o povo de perigos, quase sempre inventados ou agravados por eles próprios. De enviados por Deus com encargo de rei e missão redentora, a humanidade tem notícia de um só, que há vinte séculos nasceu num estábulo e morreu na cruz. Dominou os bons pelo amor; os máus, pela caridade; os arrependidos, pelo perdão. As multidões não prometeu riquezas nem vitórias, e sim justiça aos perseguidos, consôlo aos aflitos, a terra aos que amam a paz e o céu aos humildes; e afirmou no martírio que o seu reino não era deste mundo.

Dos príncipes deste mundo, que por blasfêmia e loucura moral se inculcam destinados por Deus a salvar nações, os homens, se mais assisados, conheceriam as intenções pelas obras. Matando, encarcerando e perseguindo, edificam sobre a miséria dos povos os efêmeros impérios da sua ambição. Da Babilônia a Roma e de Atila a Napoleão, a história está ilustrada de lições sobre o destino dessas empresas delituosas: terminam sempre na derrota, sepultadas sob milhões de cadáveres e milhares de cidades arrasadas.

Parece que afinal o homem se enganou dos governos dêses predestinados sinistros, que se qualquer missão trouxeram não foi a do bem e da vida, senão a do mal e da morte. A experiência e a filosofia foram ouvidas, quando ensinam que nenhuma criatura tem direito próprio ou hereditário de governar outras vontades; foi aprendida a lição do claro bom-senso dos gregos, que há três mil anos já sabiam que o único governo digno de homens racionais e livres é se governarem a si mesmos, diretamente ou por meio de representantes. Isso é a democracia, e já agora se pode crer que ela será o regime de todos os povos cultos, pois constitui realmente a melhor atmosfera para uma grande civilização.

Por isso mesmo, necessário se torna saber o que é democracia. Não bastará considerá-la a melhor forma de governo, o único ambiente compatível com os interesses e a cultura do homem moderno. É preciso que todos saibam o que se pode e o que se não pode esperar da democracia. Agora, que todas as esperanças estão voltadas para ela, não devemos incorrer nos erros e ilusões que lhe foram fatais no passado. Não pensem, em relação à democracia, o que geralmente se pensa sobre novas substâncias descobertas pelos sábios: que sejam capazes de matar todos os micróbios, curar todas as doenças.

Como acontece com todas as idéias que entram no vocabulário, no coração e no cérebro da humanidade, a democracia está sobrecarregada e quase esmagada por inúmeras outras idéias e sentimentos que lhe são estranhos e lhe desvirtuam o sentido. Saibamos o que ela realmente seja, amêmo-la pelo que de fato é, procuremos praticá-la como deverá ser, para não suceder novamente que venhamos a censurá-la no que ela nunca foi e descrer do que nunca poderia ter sido.

Deixando de parte nuances e aspectos técnicos, que não lhe atinjam a essência, democracia é o regime em que o povo elege periodicamente os governantes para governarem de acordo com a opinião pública.

Este é o conceito de democracia a que chegaram os escritores que estudam os fatos sociais sob critério rigorosamente científico. Quaisquer outras qualidades, atributos e finalidades de ordem moral, jurídica ou econômica, são alheias à natureza da democracia.

Ela é, simplesmente, uma forma de govêrno, ou melhor, uma forma de escolher os governantes e um método de exercer o poder. A forma de escolha é a eleição, o método é a conformidade com a opinião pública. Em faltando um desses elementos, não existe democracia; onde os dois concorrem, ela se constitui.

Conseqüentemente, a democracia por si mesma, como forma de govêrno, não tem nenhuma dependência necessária com a organização social, com a organização econômica, com as idéias morais, filosóficas ou religiosas da sociedade. Por isso também, a democracia por si mesma não faz a felicidade ou a infelicidade dos povos. Ela é um método de govêrno por meio do qual os povos bons se encaminham para o bem e os povos más se encaminham para o mal. Se existisse um povo de santos, seus governantes fôsem eleitos e governassem de acôrdo com a opinião pública, teríamos uma democracia onde reinaría a justiça, a bondade e a caridade. Se existisse um povo de facínoras, seus governantes fôsem eleitos e governassem de acôrdo com a opinião pública, teríamos um régimen democrático onde imperaria o crime, a crueldade e o ódio. Nem aquela seria uma democracia boa, nem esta uma democracia má, senão na medida em que os governantes eleitos governassem ou não de acôrdo com a vontade dos governados. Os resultados bons ou más da democracia dependem, pois, da qualidade da opinião pública em que ela se apóia. Ela é um espelho onde se reflete fielmente a fisionomia moral da sociedade, é água cristalina ou turva que recobre e se amolda ao relêvo do solo onde corre e dêle carrega, pela ação mecânica e química, o ouro ou a lama.

A democracia sômente promoverá a prosperidade geral, a ordem e a justiça, se a consciência da sociedade estiver impregnada das idéias de justiça, de ordem e dever que tem cada um de trabalhar para o bem geral. Onde não existe opinião pública, não pode existir democracia; onde a opinião pública fôr corrupta, intolerante e mal orientada, corruptos, intolerantes e desorientados serão os governos democráticos. A democracia é um instrumento aperfeiçoado, capaz de produzir as obras mais ilustres e beneméritas, se o povo que o maneja tiver inteligência, aptidão e caráter; e é um aparelho inútil, senão prejudicial, nas mãos de povos incultos, ociosos ou decrépitos, sem a consciência de seus deveres e o orgulho do seu destino.

Assim, a ciência e a democracia são necessárias, porém não são suficientes, para construir a civilização de amanhã, grande, bela e generosa como a queremos. Teremos de achar dentro de nós mesmos os valores humanos e racionais que determinarão o uso adequado e nobre das verdades científicas e do aparelho democrático. Não nos livraremos dos males e do sofrimento do passado só em cultivar a ciência e praticar a democracia; e sobretudo não fugiremos à responsabilidade moral que dêles temos.

Famoso escritor inglês imaginou uma cena em que todos os homens, diante de Deus que afinal lhes aparece, queixam-se amargamente dos próprios males, das guerras, das iniquidades, das perseguições e das explorações que os afligem — e pedem socorro. Deus contempla-os, piedoso e justo, e responde simplesmente: Pois se essas coisas tôdas vos causam sofrimento, não continueis a fazê-las.

Eis uma sátira fina e profunda à malícia e à preguiça moral dos homens, que querem ser livres mas não querem praticar o bem. Descontadas a fraqueza e a ignorância, dignas de auxílio e perdão, êles bem sabem que o mal se paga com o mal, que quem usa de crueldade e hipocrisia, mais tarde ou mais cedo será tratado com hipocrisia e crueldade. Para evitar os males que padecem, terão de regular a vida individual e coletiva por princípios morais sinceramente praticados.

A determinação e hierarquia desses valores é o resultado mais alto da função de pensar e de sentir, e marca as fronteiras definitivas entre a animalidade e a humanidade, entre viver apenas e viver para realizar um destino.

Desde Buda até Sócrates, de Platão a Kant, e de Aristóteles a Bergson, por entre a diversidade de princípios, de métodos e de resultados, a filosofia é unânime na indicação dos valores essenciais que podem tornar a vida digna do homem e o homem digno de si mesmo.

Êles poderiam ser resumidos em um só: Justiça.

Consistindo a justiça em dar a cada um o que lhe pertence, baseia-se na igualdade essencial de todos os homens, por serem racionais e livres, não obstante as desigualdades quanto à inteligência, caráter e aptidões, e mau grado as desigualdades sociais de posição e fortuna. O que pertence tão intimamente a cada um, a ponto de formar uma identidade, é a vida, o corpo e as faculdades espirituais. Justiça é, pois, que se respeite em todos êsses bens corporais e espirituais. Mas, respeitar a vida física e moral do homem não consiste apenas em não suprimi-la pela morte, senão também assegurar-lhe as manifestações e atividades compatíveis com a coexistência social. Daí por que a liberdade é um bem essencial, pois constitui realmente a expressão da vida sob diversas formas, que a técnica jurídica denomina direitos individuais, e que a sociedade tem de respeitar para não cometer uma injustiça fatal ao homem.

Pois que justiça é dar a cada um o que é seu e não fazer a outrem o que não queremos que nos façam, justiça estrita será não negar aos nossos semelhantes o tratamento e os bens que não queríamos que êles nos negassem: a honra, a simpatia, a equidade, a tolerância, a caridade, a verdade e a beleza.

Mas, a vida e a liberdade do homem sucumbiriam se para obter os meios de subsistência êle dependesse exclusivamente da sociedade.

Justiça é, portanto, reconhecer como dele os meios de subsistência que lícitamente adquiriu pelo trabalho, não só os necessários para a vida e o bem-estar, como também os que acumula na previsão de possíveis infortúnios.

A propriedade individual decorre logicamente do princípio de justiça e deve pois ser respeitada, não só onde ela garante o necessário, mas também o supérfluo, pois do supérfluo dos abastados é que a sociedade tira o essencial aos necessitados, cumprindo em relação a estes não um ato de caridade, e sim um dever de justiça.

Realmente, o que o homem procura na sociedade é segurança e bem-estar. Se involuntariamente cai na miséria, ou é por defeito da organização social ou por não poder mais trabalhar, e não raro em consequência de injustiças que não foram devidamente reparadas. De qualquer modo, é de justiça que a sociedade lhe assegure uma existência digna de homem, assistindo-o material e moralmente para que, quando possível, se reabilite pelo trabalho.

Suprimir a propriedade privada, além de constituir injustiça, seria erro temerário. Despojado da propriedade, que corresponde a um instinto e necessidade naturais, o homem perderia o estímulo para produzir, a riqueza pública baixaria ao mínimo, e não seria a máquina burocrática do Estado que poderia dar a cada um a justa retribuição do seu esforço e da sua capacidade.

Além disso, unir ao poder político o poder econômico, seria criar o mais absoluto despotismo, seria permitir que a ameaça da força e a ameaça da fome se unissem e esmagassem a liberdade física e moral do indivíduo. Subordinada ao bem público e coibida nos seus abusos, a propriedade terá de ser mantida, pois além de afastar a luta física pela sobrevivência e assegurar a prosperidade social, é uma garantia indispensável ao desenvolvimento das aptidões físicas, morais e intelectuais do homem.

Nem só a justiça e a liberdade, porém, são necessárias à plena expansão da vida, ou melhor, outras formas ainda mais belas de justiça e de liberdade concorrem para constituir “as altas realidades que ultrapassam todas as esperanças e saem rejuvenescidas de todos os túmulos”, como disse Wagner: o ideal, o heroísmo, a poesia, o sacrifício, o perdão, a piedade; saber sofrer, saber esperar, saber morrer. Esses são valores supremos, sem os quais a vida não teria conteúdo nem finalidade, e o homem não passaria de um antropóide vaidoso, a lutar pelo pão, pelo amor e pelo poder; forma efêmera e instável de animal vertical, transitando inconsciente entre o mistério do berço e o mistério do túmulo.

O conhecimento e a hierarquia desses valores não nos dão a ciência, nem a experiência, nem as formas de governo; eles nos são revelados pela filosofia, que é a ciência integral e a experiência transcendente.

Mas, a filosofia não é uma função social; é privilégio de espíritos excepcionais, que se contam por dezenas entre os bilhões de bilhões de homens que até agora viveram. As verdades que a filosofia manifesta, os valores que justifica, seriam apêndice exclusivo de uma aristocracia intelectual, se a religião não os oferecesse a todos.

Onde a filosofia especula, a religião ensina; uma é dúvida metódica, outra é crença consoladora. E onde a própria razão filosófica titubeia, tomada de vertigem ante os mistérios metafísicos, a fé religiosa a ultrapassa, e do infinito e da eternidade lhe oferece apoio, mostrando-lhe que o caminho do bem e do amor é ainda o caminho da sabedoria e da verdade.

Nenhum raciocínio, nenhuma teoria obrigaria a sociedade a praticar a justiça e os outros valores morais; nenhum sistema filosófico daria ao homem, com “a esperança, o dom de suportar o mundo”, a vida e a morte, se a religião não lhe ensinasse que existe Deus, origem e fim da liberdade, princípio e causa da justiça.

Por isso, não nos apavora o futuro da espécie humana sobre esta terra, descrito em tom apocalíptico pelo evolucionismo materialista.

“As forças do nosso universo declinarão, — escreveu um de seus adeptos, — o esplendor do nosso sol se apagará; a terra inerte não conhecerá mais as estações e não poderá mais suportar a presença dos homens, que vieram perturbar momentaneamente sua solidão. A inquieta consciência que, por breve tempo, neste canto obscuro, quebrou o silêncio do universo, cessará de se agitar. A matéria ignorar-se-á de novo a si mesma. Os monumentos, que julgávamos imperecíveis, os atos, que suposemos eternamente memoráveis, desaparecerão como se jamais houvessem existido; e assim também a própria morte, e o amor, mais forte que a morte... Nada sobreviverá de tudo pelo que a humanidade tanto lutou e tanto sofreu durante séculos inumeráveis...”

Essas horrorosa certeza da ciência materialista não prevalece contra a nossa esperança e a nossa crença. Deus existe, e a tragédia será parcial. Pelo seu poder, sobreviveremos ao naufrágio sideral. Outros mundos, mais luminosos, outras vidas, mais perfeitas, outros destinos, mais belos, nos esperam. Só porque Ele existe é que perseveramos e lutamos, pois sabemos que os nossos desenganos e os nossos sofrimentos são o sinal da sua justiça e serão recompensados pelo seu amor.

Se é lícito à razão pequenina e à experiência precária dos homens antever a civilização de amanhã, eis que as suas bases serão a Ciência, o Direito, a Democracia e a Religião; a ciência que liberta da miséria, o direito que distribui justiça, a democracia que liberta da servidão, a religião que liberta do mal.

Possam assim os que vierem depois de nós, libertados dos erros e dos vícios que hoje padecemos, proclamar, ante a memória dos que lutaram pela civilização, a vitória definitiva do pensamento contra as forças inconscientes da natureza. (Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Acadêmico Werter Faria.

O SR. WERTER FARIA — Exmo. Sr. Governador do Estado, Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Excia. Revma., Dignas Autoridades, Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Ninguém mais do que o jurista está submetido à influência e às diretrizes do espírito secular, que o Prof. *Wilhelm Röpke* explica como um parentesco no modo de entender e de sentir (La crisis social de nuestro tiempo. Revista de Occidente, 1947, p. 79). Nenhuma ciência está unida como o direito às condições culturais e econômicas da sociedade.

Os seus fins, ademais, não agasalham somente um núcleo de verdades teóricas e de cuja utilização o cientista se despreocupe; têm todo o panorama das relações humanas e sociais para envolver.

Com o nascimento da questão social, que é, conforme previne e adverte *Menger* (El derecho civil y los pobres. Atalaya, 1947, p. 32), um problema da ciência do Estado e do Direito, a sua idéia mesma ressentiu-se de solidez, sob o peso das concepções políticas a que não puderam os cientistas subtrair-se.

O grande fato, é, às vezes, o mais terrível da história atual, — a suplantação dos processos culturais por meios políticos, — admitidos para comprazer ora o número, ora o poderio, denuncia o erro dos legisladores e o motivo da crise do direito.

As suas manifestações concretas não podem ser o programa proselitista e nem uma cisão entre a ciência e a realidade.

O aumento das leis parciais, desde que as massas “tão diretamente” governam a sociedade (*Ortega y Gasset*, La rebelión de las masas. Cultura, 1937, p. 11), foi uma solução que encorajou os ricos e iludiu os pobres. Uns se reconheceram seguros e os outros protegidos. Mas prepara-se a emboscada das classes espoliadas, que só uma reforma legislativa extensa, um compromisso integral com os acontecimentos modernos, é capaz de conjurar.

Impediremos que a aurora da nova ordem social faça aparecer nas mãos do homem o vestígio de um crime, se a sua organização jurídica se fizer intrinsecamente justa.

O problema basilar do jurista se forma com a necessidade de manter as conformações históricas do seu conhecimento num mundo em transformação.

Raciocinam não poucos, à maneira do sofista Górgias e de Robespierre, que o direito se funda na utilidade, e não precisam de coerência.

Outros estão em contradição com a ciência que estudam e desenvolvem, porque “em quase todos os problemas jurídicos, pondera *von Kirchmann*, respondeu já o sentimento, antes de começar a investigação científica” (El carácter a-científico de la llamada ciencia del derecho. Losada, La ciencia del derecho, 1949, p. 262), e cada vez mais este prevalece sendo o regime capitalista burguês a maior humilhação histórica do homem, diante da qual a sabedoria se apaixona e a ciência se sectariza.

Ensaia-se uma direção protecionista do direito, que *Savatie* censura dizendo: “il ne faut pas oublier que protection c’est le contraire de liberté” (Les métamorphoses économiques et sociales du droit civil d’aujourd’hui. Dalloz, 1948, p. 169). Por não ser livre, nem correspondido em seus sentimentos de juridicidade, é que o homem acaba exercendo o direito pela força.

Ele só se libertará num sistema em que a atenção jurídica à sua existência lhe restitua a dignidade original.

É, meus senhores, a vossa missão, e nunca a tivestes maior: preparar um regime jurídico, gerado da democracia, que corrija as desproporções econômicas e as disparidades sociais.

“O direito, escreve *Consetini*, está num estado de crise reformadora constante” (La reforma de la legislación civil y el proletariado. Beltrán, 1921, p. 234), capaz de levar os espíritos a uma depressão fatalista, se esquecerem que ele acusa o estilo das épocas e, as suas manifestações, as formas da equidade natural, semelhantes hoje, no impulso e na força, às colossais rebentações oceânicas.

Não há uma relação causal entre as conformações do pensamento político e o direito, muito embora nêle, como diz *Ripert*, esteja presente a inquietação dos tempos (Le déclin du droit. Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1949, p. 154).

A sua incidência no processo das reformas jurídicas é legítima, se não lhe atingir os movimentos peculiares, enquanto for juízo, não imposição.

O jurista prediz as necessidades internas de transformação do direito, antes que as circunstâncias sociais as descubram. O seu método e a sua inteligência talham a superfície do solo social para surpreender as germinações que cobre e guarda.

Vós, para me servir da formosa expressão de *Gabriela Mistral*, “padeceis levando a lanterna esverdeada de olhos buscadores” (discurso perante o Conselho Diretor da União Pan-americana), porque tendes o dever de conservar o nosso Continente livre de todo antagonismo e de instituir uma concepção humanizada do direito.

Nós nos fiamos na luz animadora dos vossos espíritos e na vossa sensibilidade às exigências da justiça, que ecoam nas almas, como o murmúrio das ondas nas conchas tiradas do mar. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao professor Júlio Cezar Bonazzola.

O SR. JÚLIO CEZAR BONNAZZOLA — Exmo. sr. Governador do Estado, exmo. sr. Presidente da Assembléia Legislativa, exmo. sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, senhores delegados, exmo. sr. Arcebispo Metropolitano, senhoras, senhores, meus queridos alunos:

Um excelso poeta de minha terra pronunciou uma de suas alocações mais brilhantes, que se conserva nos protocolos das Chancelarias, e que se dissemina nas antologias literárias de minha pátria.

Belizário Roldán pronunciou, neste país, precisamente no Brasil, sua oração máxima sobre a paz na América.

Suas predições de um grande entendimento entre o povo brasileiro e o povo argentino, se estão realizando na generosidade da tribuna em que o sr. Presidente quis me conceder a honra de agradecer, em nome das delegações estrangeiras, a recepção carinhosa e cordial com que nos brindou.

Este mesmo sentimento está se revelando na gratidão, na grandeza de espírito dos homens deste país vizinho, que me distinguem com a honra imerecida de me designar em seu 1.º Vice-Presidente.

Nossas salas, nossas naves, nossos livros, de que tanto me falaram os meus queridos colegas, nesta Faculdade, aproximaram nossos espíritos, seguiram-nos através da distância e uniram nossos pensamentos, através do céu, da terra e do mar.

Este mesmo sentimento de aproximação está demonstrado quando a um professor argentino se concede a tribuna, nesta ocasião. Este sentimento de aproximação cultural entre nossos países está ratificado pela preocupação das próprias autoridades civis.

Também o está revelado, neste representante argentino, em nosso país, o professor de Direito Constitucional na Universidade de Buenos Aires, o dr. Ruiz Icuá.

Também o está demonstrando isso, a preocupação dos Governos, representados desde tempos atrás, e que culmina, na época atual, com o governo do General Dutra, e, em nosso país, com o do bem-amado General Perón.

As almas argentinas sentem o fervor das almas brasileiras.

Desde tempos antigos, há uma continuidade cívica ininterrupta. Um dia, as ruas de Buenos Aires se encheram de entusiastas para receber a vossa Campos Sales e a Bocaiuva, e outro dia, o povo do Brasil se sentiu jubiloso, nas ruas deste país, para receber ao nosso General Mitre, que, na História, é uma figura ímpar de nossas armas.

Exmo. sr. Arcebispo Metropolitano: Quero dizer, também, que sentimos, em uníssono, toda a gama de uma fé, sonora e entusiástica, que rima no mesmo entusiasmo de louvar a Deus, nas Catedrais, nas Capelas, nos Oratórios, que são orgulho em todo o continente.

Santo Thomaz de Aquino dizia que os homens para se amarem devem se conhecer, e os brasileiros e argentinos se amam porque se conhecem.

Desde crianças, estudamos sua geografia e nos abismávamos na grandeza geográfica de seu território, nos entusiasmávamos na beleza de seu vale amazônico, e nos extasiava o espírito a beleza desta região meridional, de Porto Alegre, donde me ocorre dizer, por rara analogia, depois de viver muitos anos em Roma, que pareceria que Porto Alegre, como Roma, está encravada nas sete colinas da eternidade.

Temos um entusiasmo, desde crianças, por seus rios caudalosos, por seus vales verdes, por seus lagos tranquilos, pela profundidade de seu clima diverso. Amamos o Rio de Janeiro populoso; temos entusiasmo pela indústria de São Paulo; e nos entusiasmamos por Porto Alegre que tanta semelhança tem com o nosso espírito.

Amamos a tudo aquilo que se nos assemelha, e a tudo aquilo que para nós é diferente. Amamos, também, e hoje me acentuava isso o sr. Governador do Estado, a grande semelhança que tem a zona rural desta região, com a do nosso país. Ocorre-me que de cada lar rural, longe do bulício das cidades, baixa uma estrêla fulgurante, como promessa de Deus, como realidade do céu. Vive-se em cada lugar, como numa cabana de Tio Tom, rodeada de suas palmeiras verdes no verão e amarelcidas no inverno, como símbolo da magnífica bandeira desta pátria, que flameja com orgulho e que é orgulho da América.

Conhecemos também sua História. Recordo-me que desde meninos líamos com júbilo as primeiras expedições dos holandeses, no século XVI. Líamos a grande colonização portuguesa do século XVII. Entusiasmá-vamos, também, a figura romântica, com o nome carinhoso de Tiradentes, o primeiro mártir da emancipação brasileira.

As aventuras transoceânicas de que tanto deu provas a península Ibérica, Espanha, por um lado, e Portugal, por outro, quando o rei de Bragança, inspecionando 14 náus e 13.000 homens, ordenou que partissem rumo a estas costas, para fundar um império. Líamos, com entusiasmo, sobre o grito do Ipiranga, em 1822, que deu autonomia e soberania a esta terra. Logo, o 15 de Novembro, a proclamação da República, a Carta Magna e a garantia definitiva destas instituições, como o está demonstrando a cultura deste povo e desta assembléia.

Conhecemos também seus juristas. Como não haveríamos de conhecê-los? A Rui Barbosa, mestre ingente, orador e escritor. Ora-

dor em tôdas as tribunas, na tribuna parlamentar, no civismo público, na tribuna universitária, em tôdas as expressões permanentes e imanes do pensamento. Eu diria, como melhor síntese d'este homem, que era um verdadeiro polígrafo e que sua pena, quando escrevia, era uma espada, e seu pensamento, quando pensava, uma pena.

Tínhamos, os civilistas, especial entusiasmo por Teixeira de Freitas.

Ocorre pensar, quando estudamos Direito Civil, que o confundíamos num só braço. Seus temas, seus trabalhos literários estão no tapete diário das nossas instituições. Não poderíamos pensar, sem pensar nêle. Estaríamos afastados da realidade histórica, se tivéssemos de nos esquecer um só momento de sua valiosa trajetória.

Nesta assembléia, também nos preside um jurista eminente Waldemar Ferreira (palmas). Dêle diria que seu claro pensamento só se vê obscurecido pela generosidade de sua alma.

Hoje, quando o vi desembarcar, no aeródromo, devo confessá-lo, distinto mestre, sentí profunda emoção. Seu porte, seus gestos, fizeram-me recordar meus velhos mestres da Universidade de Roma. Eu diria que sua obra não tem paralelo nos limites do continente americano. A obra do professor excede todos os esforços. Nós o confessamos sem mágoa, porque as reuniões científicas são precisamente para dizer a verdade. Não estamos à altura da obra d'este mestre.

Sua obra poderia ser comparada e eu a comparo, com emoção e sinceridade, com a obra do meu velho mestre Vivante, que tantas deferências teve para comigo.

Não quisera recordar, para não fazer exibição de erudição, os homens que escreveram, em páginas brilhantes, a história jurisprudencial do direito, neste país. Mas me acicateiam alguns nomes, pela relação que tiveram na formação de minha pátria. Em Maio de 1810, Mariano Moreno escrevia a "Representação dos Fazendeiros". Tempos depois, Xavier de Lisboa traduzia sua obra ao português e a editava precisamente no Rio de Janeiro. Havia uma consonância perfeita entre os nossos sentimentos e nós não seríamos dignos daquele presidente, se não nos collocássemos no mesmo diapásio, se não nos esforçássemos por ser dignos daqueles antecessores, se não puséssemos nossa alma à altura do nosso pensamento. Poderíamos dizer, até, com os eminentes professores de Economia Política e Finanças desta Faculdade, que nossos produtos e nosso intercâmbio são uma expressão de concórdia, de paz, de comunicação e de bem-estar.

Por último, senhores, eu poderia dizer, ao agradecer êste convite que me formulou o eminente professor Salgado Martins, no dia de

ontem, para ocupar esta tribuna e expressar algumas palavras, da nossa preocupação em saber se devíamos fazê-lo por escrito ou oralmente. Pensei em Gracián: "Uma oração breve, duas vezes boa".

Mas, antes de terminar, quero dizer que, nesta democracia sem protocolo, sem embaraços, unidos pelo espírito, que está além das fronteiras da pátria, temos de unir o perfume fulgurante do passado com a realidade vivente e candente do momento, para ligá-los com o ouro do trabalho dos nossos homens, da nossa união, e conseguirmos assim o êxito do futuro, para que sôbre a terra dura e fria possamos, como na terra de Canaã, regá-la com nosso suor e com nossas lágrimas, para devolvê-la a Deus por cada estrêla, uma flor, (palmas prolongadas.)

O SR. WALTER JOBIM —

Srs. Congressistas.

Venho expressar-lhes, nestas breves palavras, os meus aplausos e a solidariedade plena do Governo do Estado a êste magno conclave, com que se comemora o cinquentenário dos cursos jurídicos no Rio Grande.

Com fulgor e proficiência, já foi descrita a vida fecunda desta Faculdade de letras jurídicas e sua profunda influência na formação mental de nossa gente.

Na judicatura e no pretório, na cátedra e no parlamento, na Imprensa e nas letras, quantos talentos têm luzido e quantos outros se vão aprimorando para glória maior da terra farroupilha.

Predicar o direito é preparar o homem para a vida social.

A vida coletiva encerra em si uma eterna judicatura.

Vivemos de ajuizar nossos semelhantes, por suas ações, seus talentos, suas atitudes e sentimentos.

Qualidades afins é que aproximam os indivíduos, identidade de pendores, similitude de ideais, afervoram amizades e irmanam os homens.

Nenhum ideal humano supera o do direito.

Domina tôdas as fronteiras porque entrelaça tôda a humanidade, sensível que é em tôda consciência humana.

Nêle se condensam as supremas aspirações.

Liberdade, justiça, cultura, civilização, tudo se corporifica na vida jurídica.

Em suma, o que é bom e equidoso, é e será o direito.

O espírito humano não pode ter vacilações entre a razão ou o destempero, a lei ou o arbítrio.

A consciência equilibrada e justa que se encrespa contra a prepotência, as emoções que se transformam em decisão inabalável contra o mal desassissado e desenvolto, estão ao serviço do direito.

Luta do bem contra o mal, dilema sempiterno da consciência humana.

Direito ou força, energia criadora ou inferno abrasador de destruição ou morte.

A vitória do direito é a sobrevivência da civilização.

O velho culto do *fas* e do *jus*, tantas vezes esquecido e renegado, tem o sôpro da imortalidade, ressurgente sempre após as grandes hecatombes, como um brado profundo das almas conturbadas, num anseio supremo de uma vida harmoniosa e justa, numa vida de tranqüilidade, onde se restabeleça o império do direito.

Nem sempre o homem será a brutalidade dos institutos.

As forças morais algum dia serão decisivas.

"Síntese das culturas passadas e presentes será o homem do futuro.

Tudo colaborará nêle: o sentido corpóreo dos antigos, o místico dos árabes e hebreus, o estático dos indús, o dinâmico, infinito, totalitário e organicista dos europeus.

Cada época agrega um matiz, uma faceta, um detalhe.

O homem se sentirá tomado de sopros de justiça, de cooperação, de generosidade, de tolerância; porém ao mesmo tempo de ordem, de disciplina, de sacrifício, de abnegação.

O homem será cada vez mais suave e ao mesmo tempo mais enérgico.

Terá a suprema energia de dominar-se.

O violento não sabe que é débil: escravo e vítima de seus instintos.

O homem forte os governa soberanamente." (Rubianes)

Esse é o evangelho dos legionários do direito.

Predicar e agir, perseverar e convencer.

Ter sempre uma consciência erguida contra o arbítrio, onde quer que se exercite, porque onde existe um brado contra a injustiça, está um direito sacrificado, clamando reparação.

Individual ou coletivo não importa.

Número e irresponsabilidade exacerbam o mal.

Quando as liberdades desaparecem, sepultam-se os direitos, sofrem os povos o martirólogo da escravidão.

Tôda a debilidade e fraqueza conduz ao despotismo.

Quando cessa a reação pelo direito eclipsam-se tôdas as franquias, que asseguram vida e liberdade.

Quando os povos se aviltam ressurgem os tiranos.

O dever está em pregar para a evolução humana um sentido de justiça, desenvolvendo e estimulando a simpátia instintiva do homem pelo homem, invés da ação vulpina de traição, escravidão e morte.

Esse é o rumo inderrocável das consciências dominando tôdas as fúrias.

Que esse Congresso de juristas continui a predicar os ensinamentos imortais.

Agregue novos roteiros porque a renovação é a grande lei da vida.

Todos quantos passaram por esta casa são velhos aprendizes sempre prontos a brunir os conhecimentos recolhidos.

Os mestres aqui estão na forja incandescente das idéias inovadoras.

Glória ao seu sacrifício, gratidão profunda aos seus ensinamentos.

Ninguém mais que o Estado, porque é tôda a gente, se beneficia com a difusão dos grandes ideais humanos.

Aqui fica o seu reconhecimento. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a presente sessão.